



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

INDICAÇÃO Nº 2546/2023

Indica a realização estudos e análises acerca da criação da Plataforma Municipal Estrutura de Oportunidades – Agregar Valor ao Orçamento Participativo.

Apresentamos, muito respeitosamente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a presente Indicação para que, em consonância aos demais órgãos desta Preclara Administração Pública, Secretarias, Coordenadorias e Gerências, merecedoras do nosso mais profundo respeito, se dignem na realização estudos e análises acerca da criação da Plataforma Municipal Estrutura de Oportunidades – Agregar Valor ao Orçamento Participativo.

Sugestão de implementação: começar pela Região Norte (Jardim Roberto Selmi Dei; Jardim Adalberto Frederico de Oliveira Roxo; Jardim São Rafael; Valle Verde; Romilda Taparelli Barbieri; Jardim do Valle; etc.), que, como Programa Piloto, poderá servir de modelo para as demais Regiões do Município, e respeitando as características de cada Bairro / Região. Eixos do Programa: Relatórios Levantamento Demandas da Região - Bairro; Capacitação Técnica dos Moradores; Reuniões voltadas ao sentimento de Pertencimento ao Bairro; Diagnósticos Sociais, Econômicos, Educacionais, Ambientais e Políticos; por meio dos Grupos de Planejamento Local. “Mutatis Mutandis”, como diz o ditado popular no ambiente do trabalho: “o operador conhece a máquina”, nesse desiderato, quem mais propício do que os moradores para ajudar a criar a melhor estrutura de oportunidades possível para seus próprios bairros, ajudando a construir a nossa Cidade do Futuro?

Ademais, a criação de um Fundo Municipal do Orçamento Participativo, para demandas especiais, urgentes e ou prioritárias que surjam no decorrer do processo.

Tencionando justificativas, quanto mais serviços públicos de qualidade, mais oportunidades disponibilizarmos, mais as pessoas encontrarão suas próprias oportunidades de crescimento e realização pessoal / profissional, contribuindo para o avançar de toda a sociedade, ou, ainda, “a noção de estrutura de oportunidades alude ao fato de que os canais para o bem-estar estão estreitamente vinculados entre si, de modo que o acesso a determinados bens, serviços ou atividades provê recursos que por sua vez facilitam o acesso a outras oportunidades” (https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/131_artigo.pdf).

Paradigma 01: <https://journals.openedition.org/rccs/4475>

Conforme já realçado, o Projeto Integrado da Lomba do Pinheiro foi lançado, oficialmente, em agosto de 1999, com a instalação de escritórios em três escolas municipais da região. O objetivo desta medida foi o de aproximar a atuação do Município dos cidadãos e aprofundar os conhecimentos da realidade local. A proposta – inovadora em Porto Alegre – propiciou a contribuição efetiva dos moradores, a partir do efeito multiplicador gerado pelo envolvimento das crianças que habitavam na área. Esta ação propiciou a construção de uma consciência coletiva sobre os sérios conflitos entre urbanização e preservação dos elementos naturais

PROTÓCOLO 4295/2023 - 04/05/2023 11:36



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

existentes, que representam importantes valores agregados do território. Através de técnicas inovadoras (como o uso do teatro de rua), também alertou para as necessidades de estruturação e mobilidade urbana, de qualificação ambiental, de produção de novas habitações e de viabilização dos recursos financeiros necessários para aplicar na recuperação e estruturação da região.

Nesta perspectiva, a primeira fase do Projeto da Lomba teve como objetivo geral identificar oportunidades de desenvolvimento que resolvessem os conflitos de urbanização, compatibilizando-os com a preservação dos bens naturais, além de garantir o atendimento da demanda habitacional reprimida e a criação de postos de trabalho e de programas de geração de renda. O amplo caminho percorrido sucessivamente poderia ser dividido em três fases:

1ª) Trabalho interno de capacitação técnica e conhecimento da região, através da implementação de novos escritórios do projeto em escolas municipais e realização de várias reuniões com os atores locais na área de estudo, para a construção dos objetivos mais detalhados a serem desenvolvidos.

2ª) Elaboração do diagnóstico dos meios natural e construído, envolvendo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, órgãos estaduais e municipais, além da forte participação dos moradores (através da criação do Grupo de Planejamento Local) na elaboração do Diagnóstico Rápido Participativo.

3ª) Elaboração e aprovação na Câmara de Vereadores da lei de Operação Urbana Consorciada para a Lomba do Pinheiro.

Durante a realização do “Diagnóstico do Meio Natural”, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através de técnicos do Centro de Ecologia, do Instituto de Geociências e do Instituto de Pesquisas Hidráulicas, definiu o grau de aptidão natural ao uso e ocupação do solo na região da Lomba do Pinheiro e orientou a equipe de técnicos da Prefeitura de Porto Alegre para realizar um “Diagnóstico do Meio Construído”, de acordo com os parâmetros até ali adotados. Esta aptidão resultou da análise do cruzamento de um conjunto de dados sobre os recursos hídricos, as áreas de preservação permanente, a valoração da cobertura vegetal e do meio biótico, a geologia, a geotécnica, o escoamento superficial e a hidrogeologia. A avaliação das características do meio construído objetivou determinar o grau de urbanização das diversas vilas espontâneas e loteamentos irregulares e clandestinos já implantados no território. Através de uma mesma metodologia e da definição de critérios de atendimento, o percurso participativo atribuiu um valor relativo para cada rede e serviço, classificado por eixos temáticos denominados de Infraestrutura Urbana, Estruturação Urbana e Perfil Socioeconômico. Estes valores foram relacionados entre si por tema, de forma a estabelecer-se uma nota ou um índice que permitisse a comparação direta de uma área com outra, determinando a qualidade de urbanização de cada uma.

Para uma real participação foi fundamental a criação do chamado GPL – Grupo de Planejamento Local –, composto por representantes de organismos públicos e privados e membros da comunidade local. Esta iniciativa significou um grande avanço em 2003/2004, não só na etapa de conhecimento da realidade, mas em especial no chamado *Diagnóstico Rápido Participativo*, que recolheu a *visão local* dos participantes do Grupo, com classificação e priorização de problemas, assim como propostas de solução.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

O conjunto dos diferentes estudos parciais até aqui citados resultou no chamado *Estudo Ambiental*, que, tendo como base um aprofundado conhecimento da realidade, levou à finalização do *Diagnóstico Integrado* que, por sua vez, não só avaliou a situação existente quanto à infraestrutura e às suas carências, mas principalmente identificou propostas capazes de resolver os conflitos locais, criando, ao mesmo tempo, oportunidades de desenvolvimento, além de uma forte integração com os agentes sociais e políticos que pudessem contribuir para o seu desenvolvimento. Utilizando-se diferentes ferramentas, foi possível identificar as diversas relações existentes entre os sistemas que interferem no meio natural e construído e foram priorizadas as soluções para os problemas apontados por moradores entrevistados que, após a realização de uma oficina especial com a comunidade, foram sendo organizados conforme as áreas física, social e econômica, buscando maneiras de viabilizar as ações, algumas destas já conquistadas e executadas.

No decorrer do Projeto, após 2006, definiu-se um modelo de desenvolvimento urbano, baseado em metas e diretrizes para intervenção na região, conforme quatro princípios de ação:

- regular o uso do solo propiciando a ocupação dos vazios urbanos, com vista à contenção da especulação imobiliária e da destruição do patrimônio ambiental;
- aperfeiçoar o processo de planejamento urbano a partir do desenvolvimento econômico local, fortalecendo a participação dos cidadãos em busca de parcerias e formas colegiadas de atuação;
- avançar na descentralização das políticas ambientais através de um planejamento estratégico, que conciliasse os diferentes interesses;
- promover mudanças nos padrões de produção e consumo do ambiente local.

Sobre Governança Solidária Local: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smggl/default.php?p_secao=141

Com a tarefa de estimular as redes e as relações entre as pessoas, a Governança Solidária Local (GSL) é um importante instrumento para a garantia do êxito do novo Modelo de Gestão da prefeitura. O estímulo ao protagonismo do cidadão, com uma ampla relação de colaboração e de corresponsabilidade entre Poder Público e sociedade, a GSL veio para somar-se ao Orçamento Participativo. Enquanto o OP é responsável direto pelo destino dos recursos públicos, a GSL promove o envolvimento de todos os atores na busca do bem comum das comunidades. (...)

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 4 de maio de 2023.

PROTÓCOLO 4295/2023 - 04/05/2023 11:36



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

JOÃO CLEMENTE

PROTÓCOLO 4295/2023 - 04/05/2023 11:36